



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE PASSIRA/PE - SEÇÃO .

PROCESSO: 00000060320198173070

TOKIO MARINE SEGURADORA S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT, que lhe promove JOSE EDILSON DE ALBUQUERQUE, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DO ERRO MATERIAL

Sem adentrar ao mérito da decisão, informa a V. Exa. que constou na parte dispositiva desta o seguinte:

Sabendo que o autor já recebeu em sede administrativa o equivalente a R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), faz jus a quantia de R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Não havendo questões pendentes de análise, haja vista a lide ter se limitado apenas ao exame do valor devido a título de indenização securitária e, comprovado que a lesão é de grau médio, entendendo que é devida a complementação do valor, caso contrário, restará configurado o enriquecimento ilícito da seguradora.

III-DISPOSITIVO

ANTE O EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE EM PARTE os pedidos do autor e julgo **EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO**, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC.

Condeno a demandada ao pagamento de R\$ 1.687,50 (mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a título de indenização referente ao seguro, corrigido monetariamente desde a data da propositura da ação, com a incidência de juros de mora a contar da citação, nos termos da súmula 426 do STJ.

Quanto as custas e honorários advocatícios, estes não de ser fixados em valor certo e consoante apreciação equitativa do juiz, levando-se em consideração o grau de zelo e o trabalho do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância do feito e o tempo dispensado, conforme exegese do art. 85, §§2º e 8º, do CPC.

Ocorre a d. decisão não pode prosperar, eis que considerando os termos do d. *decisum*, fica inteligível que na verdade pretendia o julgador, tendo em vista que constou como valor da condenação **R\$ 1.687,50**, porém, de acordo com a tabela de gradação o valor correto é **R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**.

Assim, *data vênia*, esta parte da decisão, nestes termos, restou conflitante com a cadeia de raciocínio expressada, fazendo crer que apenas por falha material constou data equivocada, ensejando, portanto, que possam ser admitidos como pertinentes e oportunos os presentes embargos de declaração.

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera destarte, se digne Vossa Excelência de receber os presentes Embargos de Declaração, deles conhecendo, para afinal, julgando-os procedentes, corrigir o erro material se assim o entender, ou, explicitar sobre os fundamentos expendidos, aclarando o julgado.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

PASSIRA, 9 de novembro de 2023.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
OAB/PE 30225

